

Curso de Extensão em Comunicação, Política e Sociedade
Instituto Legislativo Brasileiro
Coordenadora: Valéria Castanho

Alunos:

Raquel de Carvalho Madeira

Ronan Ramos Leal

Uber no *Facebook* dos Senadores

**A dificuldade de expressar posicionamento sobre o PLC 28/2017, que
regulamenta os serviços de transporte por aplicativos**

Brasília, 8 de dezembro de 2017

Uber no *Facebook* dos Senadores

A dificuldade de expressar posicionamento sobre o PLC 28/2017, que regulamenta os serviços de transporte por aplicativos

Resumo: O artigo demonstra a dificuldade que os senadores tiveram em usar o *Facebook* e interagir com os internautas sobre o PLC 28/2017, que regulamenta os serviços de transporte por aplicativos como Uber, Cabify e 99 - tema que mobilizou muito a opinião pública. A pesquisa foi realizada por meio da análise dos perfis da rede social de todos senadores entre os dias 24 de outubro e 1º de novembro. A maior parte (72%) não usou a rede social para demonstrar claramente seu posicionamento político sobre o tema. Também foram analisadas as notas taquigráficas de Plenário para fazer uma comparação entre o que foi postado no *Facebook* (discurso midiático) e o resultado do voto (decisão política/eleitoral).

Palavras-chave: *Facebook*, posicionamento, interação

Abstract: *The article demonstrates the difficulty that senators have had in using Facebook and interacting with Internet users about PLC 28/2017, which regulates application transport services such as Uber, Cabify and 99 - a theme that has mobilized public opinion a great deal. The research was carried out through the analysis of the profiles of the social network of all senators between October 24 and November 1. The majority (72%) did not use the social network to clearly demonstrate their political position on the issue. Also analyzed were the shorthand notes of Plenary to make a comparison between what was posted on Facebook (media speech) and the result of the vote (political / electoral decision).*

Keywords: Facebook, positioning, interaction

Introdução

O presente trabalho faz uma análise quantitativa e qualitativa sobre como os senadores brasileiros usaram o *Facebook* para informar seu posicionamento aos internautas a respeito do PLC 28/2017, que regulamentar os serviços de transporte por aplicativos, como Uber, Cabify e 99. Este tema foi escolhido por ser condizente com a temática do Curso de Extensão em Comunicação, Política e Sociedade. Trata-se de uma proposição legislativa que mobilizou muito os internautas e os grupos de interesse, seja na rua, seja nos corredores do Congresso Nacional. Além disso, a escolha do tema levou em consideração o impacto e o aspecto social que a legislação poderia provocar nos

trabalhadores das duas categorias envolvidas – taxistas e motoristas de aplicativos -, bem como nos consumidores.

O termo Uber no título do artigo, apesar de representar uma empresa específica, foi usado de maneira genérica com o intuito de retratar todos os serviços de transporte por aplicativos, excetuando os utilizados pelos taxistas.

Para realizar a pesquisa, foi feita a análise de todas as publicações de *Facebook* de 79 senadores entre os dias 24 de outubro e 1º de novembro. A seleção do período da pesquisa se deu porque a decisão sobre a urgência da matéria ocorreu no dia 24 para que a votação fosse ultimada na semana seguinte. Como a votação ocorreu na noite do dia 31, diversos parlamentares aguardaram para postar mensagens em seus respectivos *Facebooks* no dia seguinte, 1º de novembro. Na tabela do Anexo I, estão presentes todas as informações deste levantamento. A tabela foi elaborada para que se pudesse chegar a uma conclusão a respeito da comunicação ou da “não-comunicação” dos senadores a respeito do tema, no período e na rede social selecionados.

O senador Roberto Muniz (PP-BA) e o Presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), não têm a referida mídia social e, portanto, não participaram da pesquisa. Dessa forma, os cálculos de percentual foram realizados levando em consideração um total de 79 senadores ao invés de 81. Tal exclusão, no entanto, não impactou no resultado qualitativo do trabalho, uma vez que o senador Roberto Muniz não se pronunciou em Plenário sobre este tema nas datas analisadas e se ausentou na votação final do projeto. Já o senador Eunício fez apenas ponderações relacionadas ao processo legislativo devido ao cargo que ocupa. Ele, inclusive, não votou por ser Presidente da Casa, nem se posicionou sobre o mérito da matéria.

Para complementar a análise, foi observado, por meio das notas taquigráficas da Ordem do Dia de Plenário, o posicionamento político expresso pelos parlamentares no dia 24 de outubro, quando houve a votação do requerimento de urgência do PLC 28/2017. O mesmo procedimento foi realizado no dia 31 de outubro, na votação de mérito do projeto e das emendas, quando da finalização da tramitação no Senado. O resultado da votação também fez parte da análise para facilitar a compreensão entre o que os parlamentares discursaram e como efetivamente votaram (teor político/eleitoral), em comparação com o que expressaram para os seguidores de suas mídias sociais (teor midiático).

O trabalho demonstrou que a maioria dos senadores (46 dos 79 parlamentares, 58%) não utilizou o *Facebook* para expressar sua opinião e/ou intenção de voto. Entre os

que postaram, 11 de 33 (33%) expressaram neutralidade, em geral, defendendo o consenso. A quantidade de senadores que não usou o *Facebook* acrescida dos que optaram pela neutralidade na rede representa 57 senadores (72%). Todas as informações computadas podem ser verificadas na tabela¹ inserida no Anexo I deste trabalho.

A dificuldade revelada por este índice tão alto – 72% – demonstra que a necessidade de responder ao apelo popular no ambiente *on line* tem sido desconsiderada pela maior parte dos políticos no Senado. Talvez isso explique o certo descaso, percebido na pesquisa, em interagir com os internautas especificamente em relação a este tema que tanto mobilizou a opinião pública.

Praticamente todos os parlamentares receberam inúmeras mensagens solicitando um posicionamento sobre o tema, majoritariamente em prol do “#NãoPLC28”. A maioria dos senadores, no entanto, não respondeu aos apelos dos internautas no *Facebook*, mas, no voto, decidiu pela flexibilização das regras de regulamentação do uso dos aplicativos, agradando os defensores da Uber. Além disso, a proposta retornou à Câmara, o que significa um novo processo de tramitação, que pode ser longo. É certo que inviabilizou a entrada em vigor das mudanças ainda em 2017.

PLC 28/2017 – repercussão social e tramitação no Congresso

O Projeto de Lei nº 28, de 2017 (nº 5.587, de 2016, na Câmara dos Deputados, Casa da origem), altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros. Apresentado em junho de 2016, o texto do deputado Carlos Zarattini (PT/SP) previa que o serviço de transporte individual remunerado de passageiros fosse organizado pelo poder público, que fixaria valores mínimos e máximos para as tarifas, cobradas por meio de taxímetro. O projeto ainda exigia a placa vermelha nos veículos². Para os adeptos dos aplicativos, a proposta comprometia o formato dos serviços de transporte como Uber, Cabify e 99, e os colocaria na ilegalidade.

O projeto gerou muita polêmica e provocou manifestações de taxistas, motoristas de aplicativos e consumidores. Além de manifestações nas ruas e nos corredores do

¹ Ver Anexos I e II ao final do artigo.

²BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 5.587/2017. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088280>>. Acesso em: 5 nov. 2017

Congresso Nacional, os interessados no tema, usaram intensamente as mídias sociais para expressar sua opinião e clamar pelo voto dos congressistas³.

O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados em 04 de abril de 2017, com 276 votos favoráveis, 182 contrários e cinco abstenções. O texto encaminhado ao Senado continha uma série de exigências para que esse tipo de serviço funcionasse e foi duramente criticado pela Uber.

O projeto de lei "propõe uma lei retrógrada que não regula a Uber no Brasil, mas tenta transformá-la em táxi, proibindo então este modelo de mobilidade. (UBER, 2017)⁴

No Senado, o projeto passou a tramitar em conjunto com Projetos de Lei do Senado n°s 530 e 726, de 2015, do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e do senador Lasier Martins (PSD-RS), respectivamente. Destinada a passar inicialmente por três Comissões, a proposta foi debatida em audiências públicas ao longo de meses. O relator na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), senador Pedro Chaves (PSC-MS), apresentou substitutivo ao projeto e foi muito criticado pelos representantes dos taxistas⁵. Interessante notar que no Estado do senador, a Uber está presente apenas na capital, Campo Grande (ver Anexo II).

Em 24 de outubro, após a última tentativa frustrada de consenso na CCT, o Plenário do Senado decidiu, por 46 votos a 7, aprovar a urgência do projeto que veio da Câmara dos Deputados, desconsiderando o substitutivo do Senador Pedro Chaves. A alegação era de que haveria um acordo com o Governo para que pontos polêmicos fossem vetados pelo Presidente da República e o Senado aprovasse a matéria sem alterações, evitando o retorno à Câmara.⁶ Tal argumento, no entanto, foi desmentido pelo Líder do

³ JOTA. **Taxistas brigam pela regulamentação de aplicativos**. Disponível em: <<https://jota.info/justica/taxistas-brigam-pela-regulamentacao-de-aplicativos-02102017>>. Acesso em 7 nov. 2017. O GLOBO. **Depois de cinco horas de protestos, aplicativos encerram manifestação em Brasília**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/depois-de-5-horas-de-protestos-motoristas-de-aplicativos-encerram-manifestacao-em-brasilia.ghtml>>. Acesso em 7 nov. 2017.

⁴ CONGRESSO EM FOCO. **Uber diz que Câmara proíbe aplicativo com lei “retrógrada”**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/uber-camara-proibe-aplicativo-com-lei-%E2%80%9Cretrograda%E2%80%9D/>>. Acesso em: 7 nov. 2017

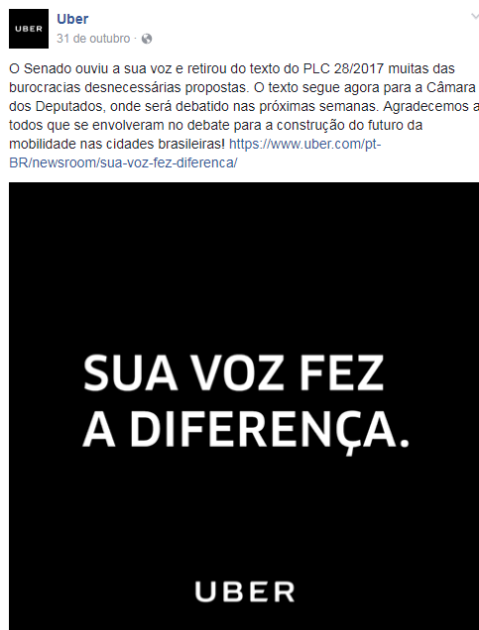
⁵ BRASIL. SENADO FEDERAL. **PLC 28/2018**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128659>>. Acesso em: 7 nov. 2017.

⁶ A urgência para o PLC 28/2017 foi defendida pelo Senador Acir Gurgacz (PDT-RO). Ele não postou seu posicionamento no *Facebook*, mas fez discursos nos dias 24 e 31, com o enfoque pelo consenso. Disse que estava trabalhando em um acordo com a Casa Civil para ultimar a votação. SENADO FEDERAL. **Notas**

Governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), na sessão de votação do mérito da matéria, ocorrida em 31 de outubro. Ele foi o único parlamentar a se abster na votação.

O Senado, então, aprovou o projeto com emendas. Foram 46 votos a 10. Pontos polêmicos como a obrigatoriedade da placa vermelha, e de os condutores serem proprietários dos veículos, foram retirados do texto, que voltou à Câmara dos Deputados.⁷

Após a votação, a Uber, por meio do seu *Facebook* valorizou o engajamento popular nas mídias sociais e nas ruas.⁸



ANÁLISE DE DADOS: *Facebook* usado para comunicar ou não-comunicar?

O *Facebook* é a maior rede social do mundo. Lançado em 2004 para ser usado por estudantes da Universidade Harvard, ultrapassou fronteiras e já tem mais de 2 bilhões de usuários.⁹

A classe política pode utilizar-se desta ferramenta para estabelecer uma comunicação mais direta e interativa com o eleitor. A mídia social, quando bem usada,

taquigráficas da 159ª Sessão Plenária do Senado Federal. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23194>>. Horário: 19h07

⁷ O Globo. **Senado aprova emendas a projeto que regulamenta aplicativos.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/senado-aprova-emendas-projeto-que-regulamenta-aplicativos-de-transportes-voltara-camara-22016428#ixzz50bMyFVAR>>. Acesso em 7 nov.2017

⁸ Post disponível em: <<https://www.facebook.com/uberbr/>>. Acesso em 7 dez. 2017

⁹FOLHA S. PAULO. **Facebook atinge marca de 2 bilhões de usuários, anuncia Zuckerberg.** Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/06/1896428-facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios-anuncia-zuckerberg.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2017

ajuda a divulgar a agenda pública nos Estados, prestar contas do mandato, e/ou interagir com os seguidores. O *Facebook* já é um espaço de discussão política no Brasil.

Se não modifica de modo substancial a política, o *Facebook* oferece um cardápio vasto de apropriações possíveis para ajudar cidadãos, governos e entidades a apresentar-se publicamente enquanto agentes políticos em interação contínua com quem quer que esteja interessado. (...) As redes digitais são capazes de iniciar a manter discussões de modo nunca visto, torna-las visíveis para grande volume de indivíduos e permitir a ressignificação das opiniões dispostas publicamente. (CARREIRO, 2017)¹⁰

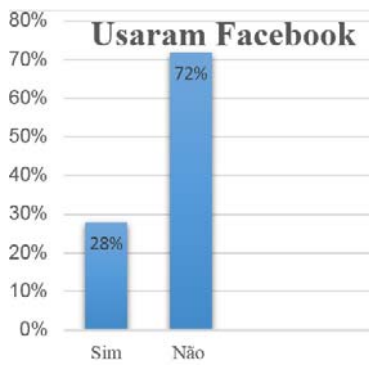
Em relação ao tema estudado – Uber no *Facebook* dos senadores –, foi possível constatar que apenas 33 parlamentares (42%) citaram o assunto na referida rede social. Se considerarmos que 1/3 destes senadores (11 dos 33) usou o *Face*, mas não declarou posição a respeito do assunto, o percentual de parlamentares que realmente utilizou a rede social para expressar sua opinião cai para 28% (22 senadores). Então, pode-se dizer que 72% (57 senadores) tiveram dificuldade em usar a rede social para demonstrar claramente seu posicionamento político sobre a regulamentação dos aplicativos de mobilidade urbana.

Os 11 senadores que tiveram postura neutra na rede social teriam feito uma espécie de “não-comunicação”, ao dar a entender que trataram do assunto, sem realmente terem deixado os internautas saberem o que eles pensavam. Mais ainda, cinco senadores não deram nenhuma pista da sua opinião sobre o tema porque além de não postarem nada, não discursaram e se ausentaram da votação.

Em relação aos que se posicionaram por meio de vídeos, textos, fotos ou artes gráficas, 12 foram Pró-Uber e 10, Pró-Táxi. Assim como no título do artigo, o termo Uber foi usado aqui para expressar todos os serviços de transporte por aplicativos. Os gráficos abaixo ilustram melhor os dados citados. O primeiro gráfico, destaca, dentre os 79 senadores com perfil no *Facebook*, a quantidade de parlamentares que manifestaram posição claramente. Foram desconsiderados os posts neutros. O gráfico 2 retrata como se posicionaram os 33 senadores que citaram o tema.

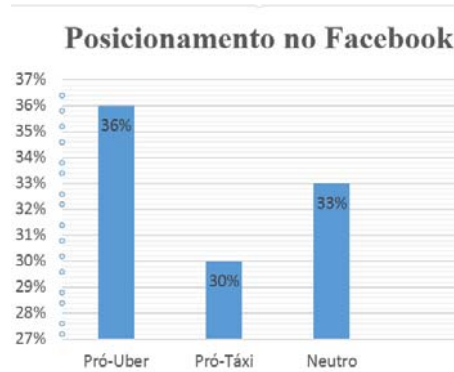
¹⁰ CARREIRO, Rodrigo & GOMES, Wilson. **Discussão política online no Brasil: ocorrência e manutenção da discordância política no Facebook.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/compolitica2017/Anais/gt-5.-internet-e-politica>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Gráfico 1



*Posts neutros foram desconsiderados

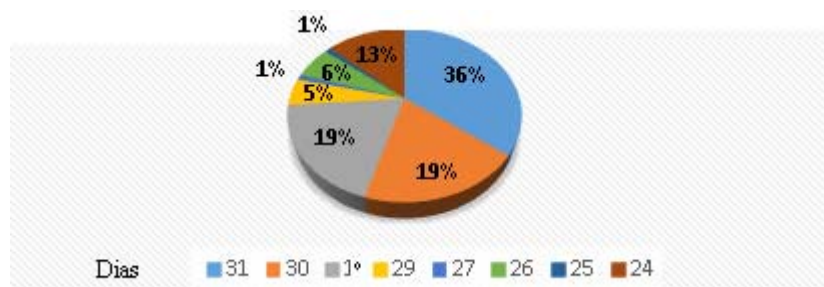
Gráfico 2



* Opinião dos 33 senadores que postaram no Face

Ao todo, os 33 parlamentares publicaram 83 posts em vídeo, texto, foto ou arte gráfica. A maior concentração das postagens ocorreu no dia 31 de outubro, com 29 posts. Nos dias 30 e 1º de novembro, com 16 publicações cada, e no dia 24, com 11. O montante de postagens nos outros dias daquela semana foi bem inferior, como demonstra o gráfico abaixo.

83 posts por datas



A maior parte dos parlamentares (17 dos 33 senadores) também optou por postar uma única vez. Oito publicaram duas vezes e cinco senadores postaram três vezes conteúdos relacionados ao PLC 28. Exceção foi o senador Pedro Chaves. Por ter sido relator da matéria na CCT, ele deu muita importância ao tema em seu *Facebook*. O parlamentar tem por hábito postar várias vezes ao dia, e em nenhum momento monopolizou seu perfil com este assunto.

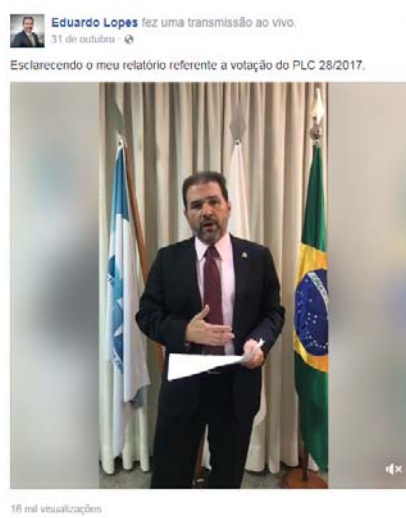
Pedro Chaves publicou 25 posts no período de 24 de outubro a 1º de novembro. Ele postou vídeos, entrevistas, texto e artes com explicações sobre o projeto. Interessante notar que a atuação do parlamentar deixou a Cooperativa e o Sindicato dos Taxistas de Mato Grosso do Sul bastante insatisfeitos. No seu Estado, só existe serviço de Uber na capital, Campo Grande. Mesmo assim, a busca pelo aplicativo por parte dos

consumidores tem crescido e impactado na entrada de novos motoristas na praça. Segundo dados da Prefeitura, hoje existem cerca de 490 motoristas de táxi, contra 2000 de Uber em Campo Grande-MS.

Em relação ao conteúdo, Pedro Chaves foi um dos 12 senadores que claramente defendeu os aplicativos de mobilidade urbana. Reforçou também sua posição contrária ao PLC 28. Após a conclusão da votação, ainda em Plenário, manifestou por meio de vídeo satisfação com a proposta aprovada no Senado. Abaixo, alguns exemplos das publicações na página dele.



O senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), que ficou com a tarefa de relatar as 20 emendas de Plenário ao PLC 28 no dia 31 de outubro, usou o *Facebook* cinco vezes para se comunicar com seus seguidores sobre este assunto. No dia 1º, postou vídeo com enfoque a favor da regulamentação, tentando ser neutro e dizendo que buscou a convergência entre os dois lados. No dia 31, postou 3 vídeos, um antes da votação, uma transmissão ao vivo, na hora da apresentação do relatório em plenário, e outro após a votação, gravado em seu gabinete.



Entre os 11 senadores que tiveram postura neutra no *Facebook*, alguns apenas replicaram notícias informativas e outros postaram somente enquetes, como a senadora Kátia Abreu (S/Partido-TO). Neste caso, quem realmente gostaria de saber como a senadora se posicionaria ficou sem resposta.

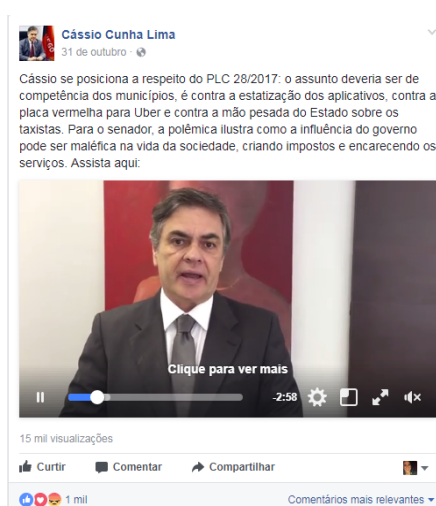


Além da senadora Kátia Abreu, postaram enquetes os Senadores Álvaro Dias (PODE-PR), Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e José Medeiros (PODE-MT). Exceto pelo Senador Ricardo Ferraço, que deixou muito clara sua posição Pró-Uber, os outros três usaram da estratégia de postar enquete para não deixar passar em branco o debate sobre o projeto. No entanto, isentaram-se de revelar sua real opinião sobre a matéria. Além disso, não publicaram posts divulgando o resultado das referidas enquetes.

Uma observação constatada a partir da análise dos dados foi a de que cinco parlamentares não se posicionaram de forma alguma sobre a matéria. Nem via *Facebook*, nem por meio de discursos, ou votos, pois ausentaram-se nos dias de votação. Foram eles

os senadores Romário (PODE-RJ), Jader Barbalho (PMDB-PA), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), Telmário Mota (PTB-RR) e Alvaro Dias (PODE-PR). Como citado acima, Alvaro Dias usou o *Face* de forma neutra, pois postou enquete. Os outros quatro não trataram do tema em suas redes sociais.

Neste debate, ainda foi possível perceber o viés ideológico dos parlamentares. Os senadores José Agripino (DEM-RN)¹¹, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)¹² e Ricardo Ferraço¹³ demonstraram em seus posts a defesa à livre concorrência. Eles faziam parte do grupo de 12 senadores que se posicionaram a favor dos aplicativos na mídia social.



Nas publicações de outros 10 senadores, a defesa dos taxistas ficou claramente identificada. Como no caso do senador Gladson Cameli (PP/AC). Ele publicou vídeo ao lado de motoristas de táxi de seu Estado, declarando apoio irrestrito. Depois, no mesmo dia, postou foto com representantes dos aplicativos e um último post neutro, defendendo consenso. Na hora do voto, ausentou-se.

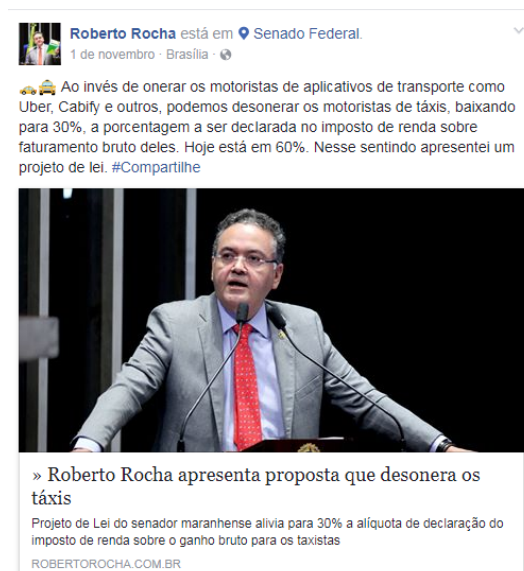
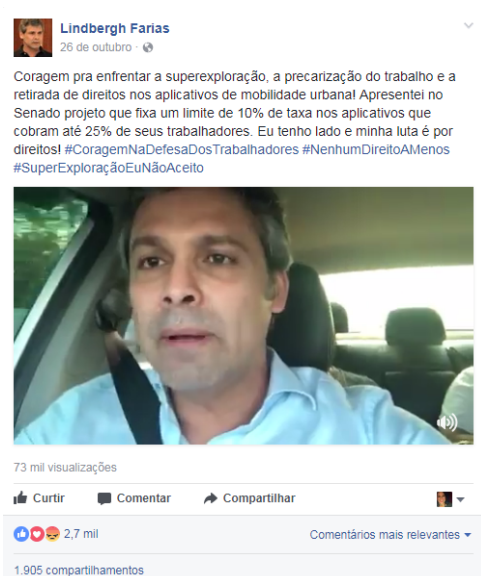
¹¹ O Senador José Agripino fez vídeo bem editado com imagens, defendendo a regulamentação da Uber. Como liberal, defendeu aplicativos, mas com respeito à concorrência.

¹² O Senador Cassio Cunha Lima, também no viés ideológico, publicou vídeo no dia 31, antes da votação, se dizendo defensor dos taxistas, mas contrário ao excesso de legislação por parte do Estado, que encarece os serviços. Para ele, a regulamentação deveria ser apenas municipal e seria necessário desonerar os taxistas para garantir uma concorrência mais justa com os motoristas de aplicativos e não o contrário, aumentar a taxa sobre os aplicativos. Usou o termo “mão pesada do Estado”.

¹³ O Senador Ricardo Ferraço realmente se posicionou contra o PLC e disse que seria retrocesso tentar estatizar o serviço. No dia 1º, fez post com emendas que alteraram o texto apresentadas por ele.



Dois senadores, Lindbergh Farias (PT-RJ)¹⁴ e Roberto Rocha (PSDB-MA)¹⁵, usaram o *Facebook* para anunciar novos Projetos de Lei sobre regras para os serviços de aplicativo por celular. Ambos manifestaram postura pró-taxistas, associada à busca do consenso.



Em relação ao senador Lindbergh Farias e a outros senadores do PT, como Humberto Costa (PE) e Paulo Rocha (PA), ficou claramente identificado o viés ideológico e a defesa de bandeiras. Neste caso, a crítica à flexibilização nas relações de trabalho e a dominação de multinacionais no mercado esteve presente na discussão. Em diversos momentos, o senador Lindbergh, bem como a senadora Gleisi Hoffman (PT-

¹⁴ Post do Senador Lindbergh Faria (PT-RJ), publicado em 26 de outubro de 2017, no qual ele, por meio de vídeo de cerca de cinco minutos opina sobre os aplicativos de celular, critica a flexibilização do mercado de trabalho e a empresa Uber e ainda apresenta um novo projeto de lei.

¹⁵ Post do Senador Roberto Rocha, publicado em 1º de novembro de 2017, no qual ele anuncia novo projeto de lei para desonerar taxistas.

PR), citaram a tarifa cobrada dos motoristas pela empresa Uber como uma demonstração de exploração e usaram o bordão da “defesa do trabalhador”. A senadora Gleisi posicionou-se em Plenário, ao encaminhar a votação no dia 31 de outubro, mas não publicou nenhum post na sua mídia social.

Outra avaliação levada em conta foi o uso da rede social por região. Entre os parlamentares do Nordeste e do Sudeste foi maior a quantidade dos que não postaram em relação aos que estiveram presentes no *Face*, mesmo que de foram neutra. Interessante notar também que mesmo com a grande projeção dos serviços de transporte por aplicativo em São Paulo, por exemplo, dois senadores do Estado, Marta Suplicy (PMDB) e José Serra (PSDB), isentaram-se do debate nas suas respectivas redes sociais. Entre os senadores do Nordeste, apenas para exemplificar, o senador Humberto Costa, único do Estado de Pernambuco que inseriu o tema em seu *Face*, o fez de forma neutra, apesar de, em Plenário, manifestar-se em prol da regulamentação para evitar a exploração do trabalhador. Ressalte-se que o serviço de aplicativo da Uber já opera em Recife. (ver Anexos I e II).

Uma última questão levantada porque provocou descontentamento nos representantes dos taxistas, foi a de que devolver o projeto para a Câmara dos Deputados iria atrasar ainda mais a regulamentação dos aplicativos. Em apelos nas mensagens enviadas aos parlamentares alguns chegavam a dizer que não aguentariam mais um ano por causa da concorrência desleal. No entanto, senadores como Randolfe Rodrigues e Eduardo Lopes usaram o argumento do bicameralismo e da função de Casa revisora para reclamar que o Senado não pode sempre se sujeitar à palavra final da Câmara dos Deputados. Este debate esteve presente em Plenário, mas chegou ao *Facebook* por meio da postagem ao vivo do discurso do senador Eduardo Lopes, quando da apresentação de seu relatório.

O Senado tem, sim, o seu dever, tem o seu papel constitucional de Casa revisora. E, como o projeto nasceu na Câmara, cabe ao Senado mudar e alterar aquilo que ele acha que tem que ser mudado e alterado, não sujeito a se volta para a Câmara ou se não volta para a Câmara; não sujeito a se a Câmara vai sentar no projeto, engavetar o projeto, ou não. Isso tem que ficar bem claro. (SENADOR EDUARDO LOPES, Nota taquigráfica)¹⁶

¹⁶ SENADO FEDERAL. **Notas taquigráficas da 165ª Sessão Plenária do Senado Federal.** Disponível em: < <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23199>>. Horário: 19h02

Conclusão

A análise dos dados quantitativos sobre os posts publicados no *Facebook* de 79 senadores (dois não têm perfil) permite concluir que a grande maioria (58%, ou 46 parlamentares) preferiu não tratar do assunto na esfera digital. Ao avaliar o desinteresse deles em revelar sua opinião sobre o tema, o percentual sobe para 72%, incluindo aí os 11 senadores que fizeram posts neutros na rede. Ou seja, ao todo, 57 senadores não permitiram o debate de ideias com o cidadão conectado em rede ao deixar de discutir a regulamentação dos serviços de transporte por aplicativo com os internautas.

A pesquisa ainda permitiu constatar que não quiseram se posicionar *on line* até mesmos parlamentares de Estados onde estes aplicativos já ganharam grande projeção. Este dado leva à reflexão sobre o entendimento dos senadores a respeito da importância da interatividade na rede social. Nas arenas digitais é possível detectar as vontades e interesses dos cidadãos. Ao desconsiderar a oportunidade de criar um laço mais forte a partir desta interação, o parlamentar pode estar deixando de aproveitar este grande potencial proporcionado pelas mídias sociais.

Ao observar o debate político de Plenário e o resultado final da votação, constata-se que a maioria dos senadores defendeu o discurso da neutralidade, do consenso, do respeito aos interesses dos dois grupos – taxistas e motoristas de aplicativos. Ao final, o Senado acatou a flexibilização das regras estipuladas pela Câmara dos Deputados e cedeu em pontos considerados essenciais à manutenção dos serviços. Quarenta e seis senadores aprovaram o projeto com emendas, deixando o texto mais próximo do que os representantes dos aplicativos desejavam. Tal mudança ainda representou a extensão desse debate para 2018, sob a alçada dos deputados. Este resultado reforça a ideia de que os senadores perderam a chance de se conectar com seus eleitores.

Entre os 33 que usaram a rede social para falar do PLC 28, independentemente da posição defendida, não foi percebida a intenção de interagir com o internauta. A impressão era de que os posts estavam sendo publicados no estilo Emissor-Receptor.

A análise dos perfis dos 79 senadores, permitiu ainda a percepção de que - especialmente entre os 46 parlamentares que não postaram nada sobre o tema - as centenas de mensagens encaminhadas não eram consideradas, como se as pessoas estivessem em uma sala de surdos, onde todos falam e ninguém escuta.

A exceção foi a Senadora Ana Amélia. Ela citou em discurso que postou ao vivo no *Facebook* as mensagens recebidas dos moradores de municípios de seu Estado. Dessa forma, demonstrou preocupação em interagir com seus seguidores, ou de, pelo menos, demonstrar que dá importância às mensagens recebidas. Foi o único caso detectado no período estudado.

Em um País democrático como o Brasil, no qual a classe política está tão desacreditada, pode se estar perdendo a excelente oportunidade de enriquecer o debate sobre temas de relevância social a partir das demandas populares propagadas pelo Facebook. A cada novo projeto polêmico que entra em debate, enxurradas de mensagens favoráveis ou contrárias invadem a caixa de mensagens dos parlamentares. É uma das maneiras que as pessoas têm, seja individualmente, seja por meio de grupos organizados, para tentar se aproximar do Legislativo. Talvez até estejam sendo “ouvidas”. Pelo menos no caso do projeto estudado neste artigo, o resultado final da votação demonstrou que a pressão popular majoritária, apesar de não ter sido diretamente respondida, foi atendida.

Referências bibliográficas

CARREIRO, Rodrigo & GOMES, Wilson. **Dicussão política online no Brasil: ocorrência e manutenção da discordância política no Facebook.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/compolitica2017/Anais/gt-5.-internet-e-politica>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

SOLAGNA, Fabrício. **Economia política da vigilância: quando o voto se torna uma mercadoria nas redes sociais. Artigo apresentado no Compolitica em maio de 2017. Disponível em:** <<http://www.ufrgs.br/compolitica2017/Anais/gt-5.-internet-e-politica>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

O Globo. **Senado aprova emendas a projeto que regulamenta aplicativos.** Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/senado-aprova-emendas-projeto-que-regulamenta-aplicativos-de-transportes-voltara-camara-22016428#ixzz50bMyFVAR>>. Acesso em 7 nov.2017

FOLHA S. PAULO. **Facebook atinge marca de 2 bilhões de usuários, anuncia Zuckerberg.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2017/06/1896428-facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios-anuncia-zuckerberg.shtml>>. Acesso em: 5 dez. 2017

JOTA. **Taxistas brigam pela regulamentação de aplicativos.** Disponível em: <<https://jota.info/justica/taxistas-brigam-pela-regulamentacao-de-aplicativos-02102017>>. Acesso em 7 nov. 2017.

O GLOBO. **Depois de cinco horas de protestos, aplicativos encerram manifestação em Brasília.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/depois-de-5->

horas-de-protestos-motoristas-de-aplicativos-encerram-manifestacao-em-brasilia.ghml>. Acesso em 7 nov. 2017.

CONGRESSO EM FOCO. **Uber diz que Câmara proíbe aplicativo com lei “retrograda”**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/uber-camara-proibe-aplicativo-com-lei-%E2%80%9Cretrograda%E2%80%9D/>>. Acesso em: 7 nov. 2017

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Notas taquigráficas da 159ª Sessão Plenária do Senado Federal**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23194>>. Horário: 19h07

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Notas taquigráficas da 165ª Sessão Plenária do Senado Federal**. Disponível em: < <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/s/23199>>. Horário: 19h02

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 5.587/2017**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088280>>. Acesso em: 5 nov. 2017

BRASIL. SENADO FEDERAL. **PLC 28/2018**. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/128659>>. Acesso em: 7 nov. 2017.